

## **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP**

Nos dias vinte e dois e vinte e três do mês de abril do ano de 2010, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Goiás, sala do Colégio de Procuradores de Justiça, localizada na Rua 23, esquina com a Av. Fied José Sebba, Qd. A6, Lt. 15/24, Jardim Goiás, na cidade de Goiânia/GO, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Maurício Kalache, e com a presença dos Doutores: Sérgio Dário Machado, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos, Subcoordenadora do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Rio de Janeiro; Danilo Lovisaro do Nascimento, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Acre; Zulene Santana de Lima Norberto, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Samia Saad Gallotti Bonavides, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Paraná; Eloisa da Sousa Arruda, Diretora da Escola Superior/Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo; Alceu Schoeller de Moraes, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Alice de Almeida Freire, Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás; Almiro Sena Soares Filho, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado da Bahia; Edgard Maia de Albuquerque Rocha, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Amazonas; Márcio José Cordeiro Fabel, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado da Bahia; Nilza Gomes da Silva, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Mato Grosso do Sul; Rosane Maria Araújo e Oliveira, Diretora da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba; Vera Nilva Álvares Rocha,

Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins, e Maria do Socorro Milhomem Monteiro, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amapá, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembleia Geral o Colégio de Diretores de Escolas e CEAFs dos Ministérios Públicos do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: **22-04-2010**; **1) Abertura**; **2) Aprovação das Atas das últimas reuniões**; **3) Saudação do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Doutor Eduardo Abdon Moura**; **4) Credenciamento Especial das Escolas do Ministério Público junto ao MEC e ao Sistema Estadual de Ensino: estado atual**; **5) Apresentação de produtos: Editora Fórum e Oficina da Palavra**; **6) Assuntos gerais**; **7) Visita às instalações da Escola Superior do Ministério Público de Goiás**; **23-04-2010** - **1) Relato da experiência com o novo modelo de Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Goiás. Expositora: Dr<sup>a</sup> Alice de Almeida Freire**; **2) Painel com as participações dos senhores Conselheiros Almino Afonso Fernandes, Adilson Gurgel de Castro e Sérgio Feltrin Corrêa, integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público**; **3) Conceito de atividade jurídica. Propostas de alteração da Resolução – CNMP nº 40**; **4) Estágio e Residência Jurídica no Ministério Público.** **1) Abertura** - Às 9h do dia vinte e dois de abril de 2010, foram iniciados os trabalhos. Formou-se mesa composta pelas seguintes autoridades: **Dr. Maurício Kalache**, Presidente do CDEMP, **Dr. Eduardo Abdon Moura**, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, e **Dra. Alice de Almeida Freire**, Promotora de Justiça e Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Goiás. Houve inversão da ordem da pauta, pois o Dr. Maurício Kalache sugeriu que a ata da reunião anterior fosse apreciada no dia seguinte, o que foi aceito por todos. O senhor Presidente abriu a reunião saudando a todos e agradecendo à Dra. Alice de Almeida Freire pela calorosa acolhida a todos os membros do CDEMP nesta reunião, esclarecendo que, desde a primeira participação da Dra. Alice de Almeida Freire na reunião do CDEMP, ela demonstrou interesse em sediar a reunião nesta cidade.

Dada a palavra à anfitriã, ela agradeceu a presença de todos e nominou todos os Estados que se fizeram presentes, ressaltando a importância dos colegiados para a integração dos Ministérios Públicos do Brasil, desejando a todos uma boa reunião e uma boa estada em Goiânia. Na sequência, foi dada a palavra ao Dr. Eduardo Abdon Moura, que saudou todos os diretores das Escolas e CEAFs e fez exposição sobre: **Ministério Público - caminhar institucional**, enfatizando que já se passaram quase vinte e dois anos da promulgação da Constituição de 1988 e o Ministério Público encontra-se em um período de reflexão, pois teve suas atividades bastante ampliadas, como por exemplo ter que entender de políticas públicas, mas não mudou muito internamente, não se organizou, suficientemente, para receber tão grande número de atribuições, e o papel das Escolas e CEAFs neste momento é de grande importância. O Dr. Maurício Kalache, Presidente do CDEMP, após a exposição do Dr. Eduardo Abdon Moura, fez uso da palavra afirmando que o Ministério Público somente cumprirá as suas metas com a adoção de uma gestão moderna que o Estado brasileiro se propôs a fazer desde a instituição da Emenda Constitucional nº 19, que somente se alcançará com a educação continuada, afirmando que o pronunciamento do senhor Procurador-Geral do Estado de Goiás está totalmente alinhado com os objetivos do CDEMP, solicitando a liderança do Dr. Eduardo para fazer com que os demais colegiados se conscientizem da necessidade da capacitação dos membros e servidores do Ministério Público. Em seguida, a Dra. Alice retomou a palavra e reafirmou a necessidade de maior integração do CDEMP com os demais colegiados, sugerindo a criação de uma comissão de membros do CDEMP para atuar junto ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, informando, também, que o Ministério Público do Estado de Goiás está trabalhando com oficina em políticas públicas, dando continuidade a um trabalho já desenvolvido pelo Ministério Público. Após, foi discutido como construir e fortalecer a comunicação dos membros do Ministério Público, sendo apresentado o item da pauta **Oficina da Palavra**, por Liliane Pinheiro, que relatou que iniciou seus

contatos com o Ministério Público em 2006, por meio da Escola Superior do Ministério Público da União, e já promoveu seu curso em vinte e três Estados, entre eles: Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Goiás e outros, e que fez palestras para assessores de imprensa do Ministério Público da União. O Presidente do CDEMP solicitou que a Dra. Alice de Almeida Freire expusesse a forma de contratação do curso Oficina da Palavra, tendo sido esclarecido que foi feita pelo critério de técnica e preço. Em seguida, foi-me entregue pela senhora Liliane Pinheiro documento Oficina da Palavra, Ofício nº 02, de 1º de abril de 2010. Dando continuidade, foi dada a palavra ao Sr. Cláudio, da editora Fórum, para fazer a apresentação dos produtos da editora, expondo ele que seus produtos consistem em livros periódicos e lista de cursos, informando que é o maior acervo de direito público do Brasil em doutrina nacional e estrangeira, esclarecendo que possui seiscentos e cinquenta e oito volumes à disposição dos contratantes, com certificado pela ABNT, acesso *on line* por meio de senha, advogado permanente, acervo completo com conteúdo de todos os volumes, informações técnicas que seguem as normas ABNT, e que a editora Fórum é voltada principalmente para revistas e periódicos. O Presidente do CDEMP, Dr. Maurício Kalache, indagou ao senhor Cláudio sobre a possibilidade de os membros do Ministério Público publicarem seus artigos por meio da editora Fórum, tendo o senhor Cláudio respondido positivamente. O Presidente do CDEMP perguntou também ao senhor Cláudio sobre a possibilidade da elaboração de convênios entre a editora Fórum e as Escolas e CEAFs com preço diferenciado, tendo o representante da editora afirmado que há essa possibilidade, pois deseja muito ter os membros do Ministério Público como clientes. Em sequência, o Dr. Maurício Kalache reapresentou a página virtual do CDEMP. Passou então ao item de **Credenciamento Especial das Escolas do MP junto ao MEC e ao Sistema Estadual de Ensino: estado atual**, sendo informado pelo Presidente do CDEMP que o Parecer de nº 18 foi apreciado, mas ainda não foi homologado pelo Ministro da Educação, esclarecendo que os credenciamentos anteriores estão valendo para

muitas escolas. Informou que o credenciamento especial foi criado para atender a um certo espaço de conhecimento ligado a um trabalho em que o conhecimento é específico, como, por exemplo, a Escola Paulista da magistratura, e o credenciamento comum é o que se busca para credenciar uma instituição de ensino superior. **Dia 23-04-2010:** Dado reinício aos trabalhos às 9h, com a presença dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, Drs. Adilson Gurgel de Castro, Almino Afonso Fernandes e Sérgio Feltrin Corrêa, tendo o Presidente Maurício Kalache iniciado os trabalhos esclarecendo aos conselheiros sobre as funções das Escolas e CEAFs dos Ministérios Públicos, ressaltando que a capacitação dos membros tem sido uma ferramenta utilizada para mantê-los motivados. Dando continuidade, passou a palavra para a Dra. Alice de Almeida Freire, para falar sobre o novo modelo de concurso adotado por Goiás para ingresso na carreira do Ministério Público, tendo ela feito exposição sobre o primeiro curso de formação dos candidatos a membros do Ministério Público, que está em andamento, sendo esclarecido que, com o novo modelo de concurso, pretende-se recrutar pessoas verdadeiramente vocacionadas para o exercício das funções do Ministério Público. Explicou que o curso de formação não é ministrado após o concurso, mas como uma de suas etapas, sustentando que apenas a formação técnico-jurídica não é mais suficiente para preparar os membros dos Ministérios Públicos para suas múltiplas funções, tendo em vista que as atribuições foram muito ampliadas desde a Constituição de 1988. Retomando a palavra, o senhor Presidente parabenizou a Dra. Alice de Almeida Freire pela sua exposição. O Dr. Sérgio Feltrin, do CNMP, se pronunciou agradecendo as palavras da Dra. Alice de Almeida Freire e afirmou que é admirador do entusiasmo existente no Ministério Público de Goiás, enfatizando que o Ministério Público evoluiu muito após a Constituição de 1988, dizendo que está muito feliz e honrado por estar participando desta reunião, afirmando que há no CNMP uma preocupação com a preparação dos membros do Ministério Público para o exercício da carreira, e finalizou dizendo que sua experiência no CNMP tem sido

muito enriquecedora. O Dr. Almino Afonso Fernandes parabenizou a Dra. Alice de Almeida Freire pela exposição e aderiu a posição do Dr. Feltrin, acrescentando que o recrutamento dos membros do Ministério Público não pode ser encerrado apenas com a aprovação no concurso e esclareceu que o estágio probatório precisa ser feito com maior critério, sugerindo que o modelo de concurso elaborado pelo MP de Goiás seja seguido pelos demais Ministérios Públicos do Brasil, indagando a Dra. Alice sobre a composição da banca que avalia os candidatos no decorrer do curso de formação, tendo ela esclarecido que a banca é indicada pela comissão do concurso, da qual faz parte um membro da OAB, ressaltou a Dra. Alice que o CNMP tem editado resoluções relativas à atividade jurídica, estágio probatório e vitaliciamento na carreira do Ministério Público sem ouvir as Escolas e CEAFs. O Dr. Maurício Kalache esclareceu que o vitaliciamento é um ato de grande responsabilidade. Continuando, foi passada a palavra ao Dr. Eduardo Abdon Moura, que se pronunciou indagando se há um perfil ideal para o Promotor de Justiça, afirmando que o Ministério Público necessita de um projeto institucional, que precisamos saber qual é a visão que temos de nós mesmos e qual a visão que a sociedade tem sobre o Ministério Público, esclarecendo que a sociedade civil está mais bem organizada, apesar de ainda não ser a ideal. E acrescentou que, em face da ampliação das funções do Ministério Público, as políticas públicas são submetidas à apreciação do Procurador-Geral, que tem que vê-las com um olhar sistêmico e não com um olhar puramente jurídico; que temos que descobrir o que somos e o que queremos para saber o que fazer; o Promotor precisa ser altamente qualificado, pois vai cuidar de questões que envolvem o ser humano, que é cheio de complexidades. E, como é muito difícil mudar o perfil de atuação dos que já estão no Ministério Público, temos que tentar recrutar novos integrantes com novo perfil. Que o curso de formação não tem por objetivo discussões jurídicas, mas essa nova perspectiva do Ministério Público atual. Após as considerações do Dr. Eduardo Abdon Moura, foi dada a palavra a alguns membros do CDEMP, que relataram suas experiências ao

ingressarem no MP há alguns anos, como por exemplo o Dr. Sérgio Dário Machado, CEAFF do Espírito Santo, que relatou como era o Ministério Público quando nele ingressou, em 1975, e que vê essa evolução do Ministério Público com muita satisfação e entusiasmo. O Dr. Almiro Sena Soares Filho, do CEAFF da Bahia, afirmou que considera o MP da Bahia um pouco elitizado e que o modelo de recrutamento de membro do Ministério Público de Goiás poderá corrigir as falhas que entende haver na forma de recrutamento dos membros do Ministério Público da Bahia. O Dr. Danilo Lovisaro, da Escola do Acre, ressaltou que o CNMP é a “luz” que existe para as mudanças, que entende que o MP tem muito que se orgulhar em receber críticas construtivas e se transformar. A Dra. Alice de Almeida Freire informou que o Rio de Janeiro já aderiu ao modelo de Goiás para a elaboração de seus concursos e que o Ministério Público vai ser transformado pela educação e capacitação. Em seguida, foi colocado em discussão o tema: **Conceito de atividade jurídica, estágio e residência jurídica no Ministério Público**, tendo o senhor Presidente apresentado um vídeo, em que se vê o depoimento de um militar do exército do Paraná relatando sua dificuldade em prestar concurso para o Ministério Público e magistratura por não possuir prática jurídica, pois, como militar, não tem como se afastar de suas funções para exercer qualquer atividade que permita o cômputo exigido de prática para prestar concurso para as carreiras jurídicas passando-se a palavra ao Dr. Adilson Gurgel de Castro do CNMP, que disse que a Resolução 40 do CNMP é muito fraca, que a Resolução do Judiciário evoluiu bem mais que a do Ministério Público nesta matéria, sugerindo mudanças no que se refere a prática jurídica e também, que se coloquem em uma única Resolução todas as etapas do concurso até a posse, e outra Resolução que trate da posse ao vitaliciamento. O Dr. Sérgio Feltrin disse que é melhor trabalhar em parceria com o CDEMP na elaboração das Resoluções que digam respeito ao concurso e vitaliciamento dos novos membros do Ministério Público. O Dr. Almino Afonso Fernandes sustentou ser necessária uma unidade ministerial, ressaltou que está comprometido com as causas do

Ministério Público, e agradecido por estar discutindo no CDEMP o tema ingresso e vitaliciamento dos membros do Ministério Público. O Dr. Maurício Kalache informou que o tema residência jurídica será debatido mais amplamente na próxima reunião. Colocou-se em votação a ata da reunião dos dias vinte e cinco e vinte e seis de fevereiro de dois mil e dez, que foi aprovada à unanimidade. Foi decidido que a terceira reunião ordinária do CDEMP será realizada nos dias quinze e dezesseis de julho do corrente, na cidade de Brasília. O Dr. Maurício Kalache encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e, mais uma vez, agradeceu a gentil e calorosa recepção do colegiado pela Dra. Alice de Almeida Freire e pelo Dr. Eduardo Abdon Moura, na cidade de Goiânia. Após, todos foram convidados a visitar as instalações da Escola do Ministério Público de Goiás, sendo constatado que é bem estruturada . Nada mais havendo a tratar, foi encerrada às 18h a reunião, do que, para constar, eu, Maria do Socorro Milhomem Monteiro, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.